

DA RESISTÊNCIA À INSURGÊNCIA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE DEMOCRÁTICA E DESMONTE INSTITUCIONAL NO BRASIL (2018-2022)

FROM RESISTANCE TO INSURGENCY: SOCIAL PARTICIPATION IN TIMES OF DEMOCRATIC CRISIS AND INSTITUTIONAL DISMANTLING IN BRAZIL (2018-2022)

DE LA RESISTENCIA A LA INSURGENCIA: PARTICIPACIÓN SOCIAL EN TIEMPOS DE CRISIS DEMOCRÁTICA Y DESMANTELAMIENTO INSTITUCIONAL EN BRASIL (2018-2022)

Gabriel Carvalho Ribeiro de Lima

Universidade Federal do Sul da Bahia

 0009-0004-4871-8510

Valeria Giannella

Universidade Federal do Sul da Bahia

 0000-0001-7321-0437

Resumo: Do contexto social decorrente da crise democrática experienciada no Brasil e do processo de deslegitimação das formas de democracia participativa observadas a partir do Golpe jurídico/parlamentar ao governo da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, emerge o objetivo desta pesquisa de iniciação científica: compor um quadro das mais recentes contribuições bibliográficas que buscam analisar os movimentos de resistência ao processo de desmonte das instâncias participativas e as iniciativas insurgentes de participação. O recorte temporal da literatura indagada é o de 2018 a 2022, marcado pela eleição de Jair Bolsonaro e seu governo. Para isso, procuramos identificar, por meio de um levantamento bibliográfico sistemático da produção acadêmico-científica dos anos mais recentes (2018/2023), as condições de resistência e reinvenção das experiências participacionistas no Brasil, buscando focar a atenção sobre as formas que escapam aos moldes da participação institucionalizada. Para alcançar esse propósito, utilizou-se a metodologia da revisão sistemática, que possibilitou o recorte bibliográfico identificado. Adicionalmente, uma nuvem de palavras-chave foi empregada como ferramenta para visualizar e sintetizar os principais temas e conceitos presentes nos artigos selecionados. A partir das análises referendadas por este artigo, as práticas insurgentes de participação demonstram uma importante capacidade de resistência, o que pode possibilitar à sociedade expressar seus anseios por uma participação política mais contextualizada.

Palavras-chave: Participação social; crise democrática; resistência; insurgência.

Abstract: From the social context arising from the democratic crisis experienced in Brazil and the process of delegitimization of forms of participatory democracy observed since the legal/parliamentary coup against the government of President Dilma Rousseff in 2016, the objective of this scientific initiation research emerges: to compile a picture of the most recent bibliographic contributions that seek to analyze the resistance movements to the process of dismantling participatory instances and the insurgent initiatives of participation. The time frame of the literature in question is from 2018 to 2022, marked by the election of Jair Bolsonaro and his government. To this end, we sought to identify, through a systematic bibliographic survey of academic-scientific production in recent years (2018/2023), the conditions of resistance and reinvention of participatory experiences in Brazil, seeking to focus attention on forms that escape the molds of institutionalized participation. To achieve this, the systematic review methodology was used, which made it possible to identify the bibliography. In addition, a keyword cloud was used as a tool to visualize and synthesize the main themes and concepts present in the selected articles. Based on the analyses referenced in this article, insurgent participation practices demonstrate an important capacity for resistance, which can enable society to express its desire for more contextualized political participation.

Keywords: Social participation; democratic crisis; resistance, insurgency.

Resumen: A partir del contexto social derivado de la crisis democrática experimentada en Brasil y del proceso de deslegitimación de las formas de democracia participativa observado desde el golpe de Estado contra el gobierno de la presidenta Dilma Rousseff en 2016, surge el objetivo de esta investigación de iniciación científica: recopilar un panorama de las contribuciones bibliográficas más recientes que buscan analizar los movimientos de resistencia al proceso de desmantelamiento de las instancias participativas y las iniciativas insurgentes de participación. El período de la literatura en cuestión abarca el período de 2018 a 2022, marcado por la elección de Jair Bolsonaro y su gobierno. Para ello, buscamos identificar, mediante un estudio bibliográfico sistemático de la producción académico-científica de los últimos años (2018/2023), las condiciones de resistencia y reinención de las experiencias participativas en Brasil, buscando centrar la atención en formas que escapan a los moldes de la participación institucionalizada. Para ello, se utilizó la metodología de revisión sistemática, que permitió identificar la bibliografía. Además, se utilizó una nube de palabras clave para visualizar y sintetizar los principales temas y conceptos presentes en los artículos seleccionados. Con base en los análisis mencionados en este artículo, las prácticas de participación insurgente demuestran una importante capacidad de resistencia, lo que permite a la sociedad expresar su deseo de una participación política más contextualizada.

Palabras clave: Participación social; crisis democrática; resistencia; insurgencia.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo busca analisar o complexo cenário da participação social no Brasil entre 2018 e 2022, marcado pelo desmonte de instâncias participativas durante o governo Bolsonaro, mas também pelas resistências e iniciativas insurgentes que emergiram e/ou se consolidaram nesse período. Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico sistemático da produção acadêmico-científica do período indicado; buscamos reconhecer categorias capazes de aglutinar os artigos levantados em torno de intenções e princípios e utilizamos, posteriormente, uma nuvem de palavras-chave como ferramenta para visualizar e sintetizar os principais temas e conceitos presentes nos artigos selecionados. Essa abordagem nos permitiu identificar padrões e tendências no debate acadêmico, oferecendo uma interpretação sobre os movimentos de resistência ao processo de desmonte e as novas formas de participação que se configuraram nesse contexto. Vale destacar que o artigo, em sua integralidade, não se refere à realidade em si, mas ao recorte específico composto pelos 17 artigos selecionados. Artigos esses, que subsidiaram uma investigação estritamente bibliográfica, buscando indagar as descrições das tendências atuais relacionadas à redefinição dos formatos participativos no país. Dessa maneira, configurou-se uma meta-análise direcionada por meio de chaves de pesquisa.

A nossa reflexão subsidia e é subsidiada pelas inquietações referentes à práxis e significados da participação social na contemporaneidade, especialmente a partir da tentativa de desmonte das instâncias de participação pela agenda neoliberal. Nos interessa compreender os movimentos resistentes ao processo de desdemocratização e as redefinições insurgentes em suas iniciativas de participação . (Dagnino, 2004; Tilly, 2007). A metodologia deste estudo consistiu em uma revisão sistemática, que permitiu o recorte e a sistematização sintético-analítica da literatura que investigou a conjuntura participacionista (2018/2022). As questões a seguir nortearam a construção da pesquisa:

a) O que sobrou da estação das políticas participativas no Brasil? Como são analisados e interpretados as estratégias e os formatos de resistência aos ataques que foram deferidos às instâncias de participação popular?

b) Quais as formas insurgentes de atuação política de sujeitos e movimentos estranhos à participação institucionalizada e o que elas nos dizem de interpretações outras do conceito de participação? Quais as leituras delas na pesquisa acadêmica dos últimos anos?

c) Quais os campos temáticos e os conceitos-chave que nos permitem descrever e compreender o período 2018/2022 com relação ao campo da participação em suas múltiplas facetas?

A partir das análises realizadas neste artigo consideramos possível afirmar que as práticas insurgentes de participação mostram os anseios plurais da sociedade em torno da dignidade e autonomia da participação na vida política. Como resultado teórico espera-se contribuir com o debate sobre participação e, a partir disso, com o projeto político-cultural de uma democracia efetivamente inclusiva.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRISE DEMOCRÁTICA E PARTICIPACIONISTA

A construção da democracia no Brasil pode se considerar moldada por dois projetos político-culturais distintos, inspirados respectivamente pela lógica neoliberal e pela visão participacionista, os quais, conforme Dagnino (2004) acabam convergindo pelo papel crucial atribuído a conceitos quais participação, cidadania e sociedade civil. Naturalmente a semelhança é apenas de fachada e basta pouco para entender as diferenças substanciais que esses conceitos assumem nos dois referenciais. No entanto, em termos narrativos, o que fica claro é o fim do monopólio do discurso esquerdista com relação aos assuntos participativos.

A interrupção da estação participacionista, devida à eleição do Presidente Bolsonaro, contribuiu a problematizar a naturalização do modelo de participação institucionalizada. (Nuñez, 2017). Ademais, problematizam-se os limites derivantes da inserção desse modelo em uma sociedade marcada por uma estrutura radicalmente desigual e de uma cultura política tendencialmente autoritária. Em uma perspectiva paralela, as formas de participação insurgentes expressam "a revolta contra o sequestro da democracia pelo

capitalismo global, contra a injustiça e desigualdade na distribuição de riqueza e o controle indevido dos grandes poderes econômicos sobre os governos". (Giannella, 2018, p. 101).

O golpe jurídico/parlamentar, impulsionado por uma aliança entre setores políticos conservadores, grandes empresários, corporações midiáticas e importantes setores da burocracia estatal resultou na destituição da presidenta Dilma Rousseff em 2016. (Núñez, 2017, p. 3). Esse evento marcou uma ruptura no projeto participativo programaticamente assentado na valorização do protagonismo da sociedade civil e na universalização da cidadania para dar concretude à reconstrução democrática. O alcance efetivo destes objetivos tem sido amplamente discutido e a crise oriunda do próprio golpe fomentou uma quantidade de estudos e reflexões que tinham como foco a vasta estação de experimentação democrática que ali marcava um momento de inflexão. (Savazoni, 2018; Giannella, 2018; Giannella; Martins, 2020; Ferreira; Felício, 2021; Moraes; Parra, 2020, 2021). Bem antes do próprio golpe parlamentar, as chamadas Jornadas de Junho de 2013, mostravam um sinal inesperado e certamente preocupante para os defensores do projeto participacionista. As Jornadas “refletiam um sentimento de desapego e descrença em relação ao projeto político participativo que o governo e parte da esquerda nacional ainda tentavam consolidar”. (Giannella, 2018, p. 99). Porque aquela raiva e insatisfação todas não encontraram nenhum canal de expressão na vasta arquitetura participacionista estabelecida no país? Porque a escolha necessária foi a dos “corpos na rua”?

A eleição do governo Bolsonaro em 2018 aprofundou a crise da democracia brasileira instalando um processo de erosão democrática evidente, inclusive, através do ataque sistemático às instancias institucionalizadas de participação através de atos normativos (a exemplo do Decreto nº 9.759) e de uma campanha de desqualificação dos alcances da estação participacionista brasileira.

Diante desse movimento do lado do Estado, reconhecemos dois contramovimentos pelo lado da sociedade civil, que este artigo ajuda a retratar: um primeiro movimento é o de resistência e defesa dos Conselhos e todos os espaços de participação conquistados ao longo dos anos; o outro foi por parte de grupos que nunca foram efetivamente incluídos

nesses espaços. Para esses grupos, afinal, os ataques não faziam muita diferença, sendo diferentes as formas escolhidas por eles para desdobrar sua ação política.

A resistência se organizou diante do desafio de repensar formas autônomas de participação em um cenário pós-participativo, no qual a participação institucionalizada encontrava-se enfraquecida e/ou desmantelada. (Giannella, 2018). Nesse contexto, as chaves de pesquisa que usamos chegaram a selecionar prevalentemente experiências insurgentes de participação enquanto formas de radicalização da democracia realizadas além das fronteiras da sua dimensão institucional. Miraftab (2016) propõe uma análise crítica dos espaços de ativismo participativo, categorizando-os como espaços "convidados" e "inventados", lembrando, ao mesmo tempo, que os movimentos radicais e insurgentes enfrentam a necessidade premente de redefinir constantemente seus espaços de ação por meio do emprego de "práticas de ruptura e criação" (ibid. p. 369).

Observamos essas práticas de participação sustentadas por sujeitos historicamente afetados por processos de exclusão e discriminação radical; uma situação que as formas de participação institucionalizada pareceram incapazes de reverter, aliás corroborando as estruturas hegemônicas da racionalidade política e técnica. (Dagnino, 2004; Giannella, 2021; Miraftab, 2016). Assim, a busca por práticas mais eficazes na efetiva redistribuição dos poderes está ancorada na convicção de que a verdadeira transformação social exige uma redefinição radical das modalidades de participação, superando as limitações históricas, imaginativas e estruturais que perpetuam a exclusão e marginalização.

3. METODOLOGIA

Foi proposta a revisão sistemática, um método qualitativo de investigação, objetivando compor um quadro das mais recentes contribuições bibliográficas que buscam analisar e interpretar os movimentos de resistência ao processo de desmonte das instâncias participativas e as iniciativas insurgentes de participação. Dessa forma, trata-se de uma meta-análise, um estudo realizado a partir do levantamento bibliográfico. A referida

revisão, devido à sua flexibilidade metodológica, permitiu a inclusão de pesquisas com diferentes métodos de elaboração.

Para iniciar a busca pelo corpus analítico dessa pesquisa, utilizou-se bases de dados comuns às produções científicas, como a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Google Acadêmico. Foram usadas as seguintes chaves de pesquisa como descritores para identificar e selecionar artigos: desdemocratização e participação social; crise democrática e desdemocratização; participação insurgente e estação das políticas participativas; participação social insurgente e resistência; desmonte das instâncias participativas e resistência; engajamento comunitário e desmonte da participação. Empregou-se o conectivo "e" para abranger todas as combinações mencionadas. A busca foi realizada sem o uso de aspas, o que permitiu encontrar resultados que contivessem os termos da pesquisa em diferentes ordens e variações, ampliando o escopo da investigação. Os artigos foram pré-selecionados considerando o ano, o título, o resumo e a relevância em relação ao objetivo desta pesquisa. Os artigos selecionados foram sistematizados, incluindo informações como a instituição vinculada aos autores, os sujeitos e instrumentos de coleta de dados, o nome da biblioteca eletrônica, os objetivos, as metodologias, o campo temático, as palavras-chave e o resumo.

Nesse sentido, e conforme o recorte predefinido desde a formulação do projeto, selecionaram-se artigos publicados entre 2018 e 2023, em língua portuguesa, identificados durante a busca, pré-selecionados e incluídos nesta revisão sistemática. Eventualmente, os artigos que nos pareceram pertinentes ao nosso propósito, de fazer uma leitura da estação participacionista no período 2018/2022, compreendem um universo de 17 artigos que buscamos organizar com base nas categorias: 1) Defesa da Democracia e Participação Inovadora; 2) Participação Insurgente e Autonomia: Novas Formas de Atuação Política.

A primeira categoria engloba tanto estudos que se concentram na defesa e fortalecimento dos mecanismos formais de participação existentes, como conselhos e conferências, resistindo a ataques e tentativas de desmonte, quanto iniciativas inovadoras que buscam reformar ou aprimorar as instituições, com o objetivo de ampliar a participação cidadã

dentro do sistema político vigente. Já a segunda categoria explora práticas que surgem à margem das instituições tradicionais, buscando maior autonomia e autogestão na construção de espaços e formas de participação social. É importante salientar que as categorias empregadas possuem um valor analítico, ou seja, servem como ferramentas de análise, auxiliando na compreensão/interpretação do universo bibliográfico estudado.

Essa categorização busca evidenciar aspectos das diversas modalidades da participação social nesse período. O contexto de crise democrática e do desmonte institucional atuam como catalisadores, impulsionando o surgimento de estratégias de resistência, quer focadas na defesa das instituições quer na superação de formatos consolidados, engendrando movimentos insurgentes. Naturalmente, devido à complexidade da temática e das múltiplas interconexões entre crise democrática, desmonte institucional do campo participacionista, estratégias de resistência e insurgência popular e institucional, reconhecemos que as mesmas categorias não são estanques e, pelo contrário, acabam se borrando uma com a outra, evidenciando, dessa forma, as vantagens e desvantagens da estratégia analítica utilizada.

Aliada a essa categorização, nossa estratégia analítica se apoiou na geração de uma nuvem de palavras-chave, utilizando os aplicativos Gemini para análise lexical e WordArt para visualização gráfica. Essa abordagem teve como objetivo sintetizar e complementar a compreensão do fenômeno da participação social em tempos de crise.

Assim sendo, a partir da inserção textual dos artigos, o aplicativo Gemini identificou e hierarquizou as palavras-chave que apresentaram maior recorrência no universo de estudos selecionados. É importante destacar que, para a seleção das palavras-chave, não priorizamos a frequência de ocorrência de cada termo dentro de um artigo específico, mas sim a sua presença em múltiplos estudos. Ou seja, quanto mais artigos mencionavam uma determinada palavra-chave, maior era a sua relevância na lista final. A partir da lista gerada, foi feita uma análise das palavras-chave que se alinhavam aos objetivos do projeto. Após esse refinamento, elaborou-se uma lista final de palavras-chave, que foi inserida no aplicativo WordArt, gerando a nuvem de palavras-chave. A importância da nuvem de palavras-chave para este estudo reside no destaque aos termos mais

frequentes e relevantes identificados nos artigos selecionados, oferecendo um panorama geral do debate.

A seguir propomos a lista de artigos selecionados com os dados referentes à autoria, título, ano e canal de publicação.

Tabela 1 – Artigos e sessões temáticas identificados pela revisão sistemática			
Autores	Título	Ano	Periódico
Defesa da Democracia e Participação Inovadora			
NETO, João Mendes da Rocha	Interdição à Participação Social: O Brasil em Contexto	2022	EnAPG
MARTELLI, Carla Giani; TATAGIBA, Luciana	Reação ao desmonte da participação: a campanha O Brasil Precisa de Conselho	2020	Democracia & Participação
FONSECA, Helena A. M.; GONÇALVES, Raquel G.	Possibilidades contra-hegemônicas: reinventar a política é possível?	2018	VIRUS
Participação Insurgente e Autonomia: Novas Formas de Atuação Política			
HOFFMANN, Fernando	Entre crise e crítica: os coletivos como novos sujeitos políticos e a reconstrução da democracia	2020	Disciplinarum Scientia
PATERNIANI, Stella Z.	Driblando o desmonte: um experimento etnográfico com agentes populares de saúde frente à pandemia de covid-19	2022	Anuário Antropológico
SANTOS, Hebert L. P. C.; et al.	A voz da comunidade no enfrentamento da Covid-19: proposições para redução das iniquidades em saúde	2021	Saúde Debate
LOURENÇO, Joyce	“Nem Tudo é Perdido, Nem Tudo é Ruim”: As Articulações do Coletivo Vozes da Rua para o Enfrentamento à Pandemia da Covid-19 em Juiz de Fora – MG	2022	Mediações
COUTO, Gabriel Ribeiro; ANDRADE, Liza Maria Souza de	Territórios de resistência: as ocupações culturais insurgentes nas periferias do Distrito Federal	2022	Encontro Nacional da ANPUR
MELCHORS, Lucia C.	Planejamento insurgente e ação coletiva frente à mercantilização do urbano: a experiência do	2019	Unitec Institute of Technology

	Movimento Ocupe Estelita, Brasil		
REZENDE, Wagner de S.	Imagine a cidade: práxis plurais e a produção de lugares compartilhados	2022	Revista Cadernos Pós
PEREIRA, Elson M.	Práticas espaciais insurgentes em Florianópolis: conteúdos e níveis de insurgência desiguais	2021	Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais
CARVALHO, Liliane Katita; IMBRONITO, Maria Isabel; MAZIVIERO, Maria Carolina	Resistências urbanas: a ação tática como insurgência e sua presença no território periférico de São Paulo	2019	Revista Nacional de Gerenciamento de Cidade
COUTO, Gabriel Ribeiro; ANDRADE, Liza Maria Souza de; LENOIR, Juliette Anna Fanny	Práxis extensionista transformadora: panorama da assessoria sociotécnica do Grupo Periférico na luta pelo direito à cidade	2022	Revista Brasileira de Extensão Universitária
CAMARGO, Aline Cristina	Observatório de Participação das Juventudes: uma proposta de mapeamento de modalidades de participação político-cidadã a partir do uso de tecnologias digitais	2020	Intercom
OLIVEIRA, Gustavo Moura de	Avivar a autonomia: movimentos sociais e experimentações democráticas para além do Estado	2022	Revista Direito e Práxis
GUARITA, Marília	O cuidado na construção do comum: Uma metodologia de cuidado para espaços coletivos	2022	Instituto Procomum
MORAES, Alana; PARRA, Henrique	Zona de Contágio: uma ciência da coexistência para o tempo das catástrofes	2021	Revista ClimaCom
Fonte: Elaboração própria.			

4. REVISÃO SISTEMÁTICA

4.1 Defesa da Democracia e Participação Inovadora

Nossa primeira categoria, “Defesa da Democracia e Participação Inovadora”, emerge como um contraponto ao processo de desmonte e deslegitimação das instâncias participativas no Brasil durante o governo Bolsonaro (2018-2022). Por um lado, ela engloba os esforços dedicados à proteção e fortalecimento dos mecanismos formais de participação social, como conselhos e conferências, que se tornaram alvo de ataques por parte do governo, quer por via normativa (a exemplo do Decreto 9.759/2019), quer através de narrativas desqualificadoras. Por outro, evidencia as iniciativas que buscaram utilizar e reformar as instituições existentes para ampliar a participação cidadã e promover a democratização. Três artigos selecionados examinam as complexidades desse cenário.

No artigo "Resistência e Resiliência da Participação Social no Brasil (2019-2022)", Neto (2022) destaca a desarticulação da Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS), por meio da alteração de seu mandato e do abandono do monitoramento de pautas e processos participativos, que indica uma mudança na postura do governo em relação à participação social. Essa mudança resultou na resistência ativa contra medidas que visavam desmantelar ou enfraquecer os mecanismos de participação social. A supressão deliberada de órgãos colegiados, o estrangulamento de sua independência orçamentária, a manipulação política de suas funções e a substituição de processos presenciais por plataformas online limitadas são exemplos de ações que motivaram essa defesa. (Neto, 2022). Embora o autor não explicita ações específicas de defesa contra o desmonte da participação social, seu texto funciona como um chamado à mobilização. A conscientização sobre o problema e suas consequências (fragilidade democrática, inércia institucional) é o primeiro passo para a "reanimação da sociedade" e "reconstituição de um sistema" participativo, como sugere o autor. (ibid. p. 3). A pressão sobre as instituições, como o Ministério Público e o Judiciário, que já atuaram em defesa da participação em governos anteriores, também é apontada como caminho. (ibid. p. 2).

Nesse contexto, o estudo de Martelli e Tatagiba (2020), intitulado "Reação ao desmonte da participação: a campanha O Brasil Precisa de Conselho", enfatiza a extinção do

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEA) em 2019, através da Medida Provisória nº 870, que impactou diretamente a participação social na formulação de políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, evidenciando o desmonte de um importante canal de diálogo entre o governo e a sociedade civil. A publicação de decretos como o nº 9.759/2019, que extinguiu diversos colegiados e conselhos, e a alteração na composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que resultou no aumento da representação governamental e na diminuição da participação da sociedade civil, ilustram ações governamentais que motivaram a mobilização em defesa das instituições participativas. (Martelli; Tatagiba, 2020; Neto, 2022). A campanha "O Brasil Precisa de Conselho" é um exemplo emblemático dessa "Defesa das Instituições Participativas", unindo pesquisadores e acadêmicos em ações como manifestações públicas, criação de um site como espaço de resistência e articulação da rede de pesquisa, além de estratégias de atuação junto ao legislativo e ao judiciário. (Martelli; Tatagiba, 2020).

No estudo de Fonseca e Gonçalves (2018), nomeado "Possibilidades contra-hegemônicas: reinventar a política é possível?", o mandato coletivo das vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella em Belo Horizonte é apresentado como uma "experimentação democrática", com gestão compartilhada, diversidade na representatividade e busca pela horizontalidade. A criação da "Gabinetona" (ibid. p. 6), como um espaço de trabalho conjunto e aberto à comunidade, exemplifica a tentativa de "ocupação coletiva dos espaços institucionais" e de "ampliação da participação popular". O estudo destaca como essa experiência inovadora contribuiu para a ampliação da participação popular e para a democratização dos processos decisórios. Foi através da ocupação do espaço físico e político na Câmara, composta por 41 pessoas, engendrando rupturas e reflexões, que diversos corpos e diversas lutas reforçaram esse poderio inovador do mandato coletivo. (Fonseca; Gonçalves, 2018).

Em síntese, nossa primeira categoria destaca a resistência da sociedade civil frente às tentativas de desmonte e enfraquecimento dos mecanismos de participação social durante o governo Bolsonaro. Esse movimento busca não apenas preservar, mas também ampliar a participação cidadã e promover a democratização dos processos decisórios dentro das

estruturas existentes. A defesa desses espaços é motivada pelo reconhecimento de que são frutos de lutas sociais e políticas, e a recusa em renunciar a eles tenta evitar que sejam ocupados e deturpados em seus propósitos por uma visão política fundamentalmente antiparticipativa.

4.2 Participação Insurgente e Autonomia: Novas Formas de Atuação Política

A segunda categoria, "Participação Insurgente e Autonomia: Novas Formas de Atuação Política", volta-se para práticas inovadoras e autônomas que florescem à margem ou em oposição às instituições participativas tradicionais. Com auxílio de 14 pesquisas identificadas na revisão sistemática, um conjunto diversificado de práticas de participação política insurgente se revelaram como formas alternativas de engajamento político, resistência coletiva e transformação social.

O estudo de Hoffmann (2020), intitulado "Entre Crise e Crítica: os Coletivos como Novos Sujeitos Políticos e a Reconstrução da Democracia", não se limita a um caso empírico específico. Em vez disso, apresenta uma proposta de referencial teórico que permite interpretar formas de vivência política marcadamente presentes na contemporaneidade. O autor destaca a perspectiva da "multidão", "uma multiplicidade, indefinida e não-mensurável" (Negri, 2003, p. 125 apud Hoffmam, 2020, p. 18), que emergiu como um aspecto central dos novos movimentos sociais, alinhado à busca por uma participação insurgente e radical. Esses coletivos se estabeleceram como sujeitos multitudinários (relativo à multidão) de resistência, alternativa e antagonismo às subjetividades "imperiais". (Pérez; Silva Filho, 2017 apud Hoffmam, 2020). Exemplos desses movimentos incluem os Rolezinhos, o Coletivo Vozes da Rua, o Levante Popular da Juventude, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), entre outros. Caracterizados pela horizontalidade, autonomia e criatividade coletiva, esses coletivos representam uma alternativa fundamentada na pluralidade da "multidão do comum". Ao engendrarem movimentos compostos por indivíduos com objetivos comuns, mas que conservam sua autonomia e singularidade, esses coletivos estabelecem uma nova forma de participação política, coalisão e organização social.

Em paralelo a essa perspectiva, o segundo artigo dessa categoria, nomeadamente “Driblando o desmonte um experimento etnográfico com agentes populares de saúde frente à pandemia de covid-19”, de Paterniani (2022), expõe o desmonte da participação popular no Sistema Único de Saúde (SUS) durante a pandemia de COVID-19 em Recife. A autora destaca que a cobertura insuficiente de agentes comunitários de saúde, especialmente em áreas periféricas, e a falta de campanhas efetivas de educação em saúde por parte do Ministério da Saúde limitaram o acesso da comunidade a informações e serviços, agravando o impacto da pandemia. (ibid. p. 142-144). O "drible ao desmonte" do SUS, em Paterniani (2022), materializa-se na formação dos agentes populares de saúde no bairro-quilombo, que, diante da ausência de políticas públicas eficazes e do desmonte do sistema de saúde, organizaram-se em campanhas de solidariedade e criaram espaços de cuidado. (Paterniani, 2022, 145). Essa iniciativa periférica se destacou como uma alternativa aos limites da precarização imposta pelo Estado, demonstrando uma forma de resistência que antecipa um futuro desejado e promove uma transformação social. Essa prefiguração de modos de vida se mostrou uma dimensão relevante da resistência em meio à crise. (Paterniani 2022).

Em um contexto de crise e negligência governamental, no terceiro artigo desta categoria, "A voz da comunidade no enfrentamento da Covid-19: proposições para redução das iniquidades em saúde", Santos et al. (2021) ilustram como a capacidade de participação insurgente das comunidades pode fomentar novas formas de atuação política. O estudo evidencia como comunidades periféricas no Brasil, diante da pandemia de Covid-19, mobilizaram-se em redes de solidariedade para suprir a ausência de políticas públicas, implementando ações de prevenção, comunicação e cuidado. Essas ações abrangeram desde a arrecadação e distribuição de alimentos e materiais de higiene por organizações como o Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores do Comércio Informal (Sintraci) e o Fundo Baobá, até a criação de campanhas informativas e de apoio psicossocial, como as promovidas pela Associação das Mulheres Munduruku Wakoborun (região Munduruku) e pela Rede Nacional de Acolhimento LGBTQIA+ do Brasil. O estudo também destaca a atuação de coletivos como o Todas Para o Mar – Marisqueiras de Maracaípe (comunidades da baía de Maracaípe, em Pernambuco) e a UniãoBA contra o Coronavírus

(Bahia), que mobilizaram recursos para auxiliar comunidades específicas. Além disso, a criação de manuais de prevenção à Covid-19, como o elaborado pela Rede de solidariedade do Fórum de Mulheres de Pernambuco, e a articulação de grandes frentes de mobilização, como a Frente Pela Vida, evidenciam o caráter colaborativo e em rede dessas ações, muitas vezes realizadas sem a liderança de um movimento social específico, ressaltando a capacidade da sociedade civil de se organizar e agir para promover a saúde e o bem-estar. (Santos et al. 2021, p. 767-768).

Com o quarto artigo desse subgrupo, Lourenço (2022), em ““Nem Tudo é Perdido, Nem Tudo é Ruim”: As Articulações do Coletivo Vozes da Rua para o Enfrentamento à Pandemia da Covid-19 em Juiz de Fora – MG”, coloca em pauta as experiências do Coletivo Vozes da Rua durante a pandemia da Covid-19 em Juiz de Fora-MG, explicitando a união do coletivo junto a outros movimentos sociais, como o Levante Popular da Juventude e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que formaram uma coalizão engajada na campanha "Periferia Viva" . (Lourenço, 2022). Essa coalizão não apenas tratou questões imediatas das comunidades, mas também desenvolveu subjetividades periféricas e solidárias durante a pandemia, mobilizando diferentes atores sociais em torno de demandas urgentes e formando repertórios de luta coincidentes entre vários movimentos sociais. (Lourenço, 2022).

No quinto artigo, intitulado “Territórios da resistência: as ocupações culturais insurgentes nas periferias do Distrito Federal”, Couto e Andrade (2022) exploram a Participação Insurgente através de ocupações e coletivos culturais em áreas negligenciadas pelo Estado. Um exemplo marcante é a Ocupação Mercado Sul Vive, em Taquatinga/DF, que resiste ao despejo e luta por justiça na desapropriação. Com raízes históricas desde a década de 1950, o Mercado Sul se tornou um polo cultural, abrigando artistas e movimentos sociais. A ocupação de 2015 revitalizou o espaço com atividades culturais e comunitárias. Em 2021, a luta se intensificou, buscando impedir o despejo, negociar a compra das lojas e alcançar o reconhecimento como patrimônio cultural. Essa ocupação representa um processo histórico de resistência, buscando liberdade e autonomia. (Movimento Mercado Sul Vive, 2016 apud Couto; Andrade, 2022). Esse movimento desempenha um papel fundamental como forma de insurgência social, cultural e política,

reivindicando o direito à cidade e o uso social dos imóveis. As expressões culturais produzidas trazem um novo significado ao espaço, preservando a memória e o patrimônio local, promovendo trocas de saberes diversos e encontros horizontais. (Couto e Andrade (2022)

No sexto estudo desta categoria, “Planejamento insurgente e ação coletiva frente à mercantilização do urbano: a experiência do Movimento Ocupe Estelita, Brasil”, Melchiors (2019) nos apresenta a Participação Insurgente através do Movimento Ocupe Estelita (MOE) em Recife. O movimento surgiu em oposição a um grande projeto imobiliário que pretendia construir um complexo de edifícios comerciais e residenciais de luxo em um terreno abandonado às margens do Rio Capibaribe, conhecido como Cais José Estelita. O MOE se apropriou do uso de espaços convidado (audiências, petições, processos judiciais, participação em festivais de cinema e eventos acadêmicos) e inventados (ocupações lúdicas, protestos e produção de material audiovisual) visando ampliar a discussão insurgente sobre as alternativas para o desenvolvimento do Estelita e da cidade, dando luz à natureza conflituosa, de cunho mercantil, existente, através de documentários pedagógicos e políticos, textos informativos, aulas públicas pela cidade, pesquisas científicas voltadas às escolas municipais e atividades de recuperação da memória. (Dardot; Laval, 2016 apud Melchiors, 2019).

Na sétima pesquisa presente nesta categoria, “Imagine a cidade: práxis plurais e a produção de lugares compartilhados”, Rezende (2022) nos apresenta a experiência colaborativa do projeto urbano “Imagine Paraisópolis”, na favela de Paraisópolis, em São Paulo, o “Imagine Paraisópolis”, demonstrando uma outra perspectiva que estica ainda mais a noção de participação. Nessa iniciativa, a comunidade local, profissionais, estudantes e adolescentes compartilharam saberes, práticas e conhecimentos acerca das práxis plurais, da democracia agonística, do engajamento político dos agentes locais e das condições políticas, sociais e culturais. O objetivo foi a promoção da autonomia local e a transformação do território, articulando a ideia de cidadania insurgente como uma forma de atuação política de sujeitos e movimentos estranhos à participação institucionalizada. (Souza, 2013 apud Rezende, 2022).

No oitavo estudo, Pereira (2021) aprofunda a análise da participação insurgente, definindo-a como uma “atuação propositiva contrária às ideias hegemônicas”. (ibid. p. 8). O autor sugere duas práticas relevantes caracterizando os exercícios espaciais insurgentes em Florianópolis. O nível de “Pactuação Harmoniosa”, onde não há confronto direto, busca-se consensos, havendo uma acomodação mediante o rebaixamento das expectativas. Nesse sentido, encaixam-se o Parque de Coqueiros e o Samba de Terreiro da Escadaria do Rosário. E o nível da “Pactuação Conflituosa” que reconhece o conflito, e a negociação envolvendo ganhos e perdas para ambas as partes, como acontece na Batalha de Rap da Alfândega. Outros dois níveis que nos ajudam nessa categorização simbólica se baseiam nas ideias de Mirafteb (2016) e são trabalhadas por Pereira (2021), e representam o maior grau de conflito, porém em níveis distintos: a “insurgência em espaços convidados”, que enfatiza o Orçamento Legislativo Participativo, o que nos parece uma busca criativa de esticar alguns limites dos espaços institucionalizados, neste caso nem de participação, mas diretamente representativos; e a “insurgência em espaços inventados”, como a Ocupação Marielle Franco, em Florianópolis.

No nono estudo desta categoria, Carvalho, Imbronito e Maziviero (2019) abordam o distrito de São Mateus, situado na Zona Leste da cidade de São Paulo, que exibe um comportamento singular desde o início de sua concepção em relação às práticas participacionistas. O Grupo de Estudo "Urbanismo na Era Digital", realizou um mapeamento de coletivos urbanos e ações táticas na Zona Leste que permitiu um recorte da situação das atividades desenvolvidas em diferentes frentes, como cultura, arte, agricultura urbana e fortalecimento da cultura periférica. (Carvalho, Imbronito e Maziviero, 2019). O "Coletivo São Mateus em Movimento" e a "Casa de Cultura São Rafael" emergem como peças-chave na intrincada rede de ações táticas que se desenrola na Zona Leste de São Paulo. Esses coletivos exemplificam a parceria entre movimentos sociais/artísticos e universidades, fomentando a troca de saberes e a construção conjunta de soluções para o território. O mapeamento identificou que esses dois coletivos funcionam como polos de convergência, aglutinando e impulsionando as iniciativas de diversos outros grupos atuantes na região. (ibid. p. 66). A constituição dessa rede tática revelou-se como uma prática capaz de suscitar novos arranjos para a dinâmica da ordem

democrática e transformar o território de forma compartilhada e coletiva. (Carvalho; Imbronito; Maziveiro, 2019).

O décimo estudo analisado nesta categoria, elaborado por Couto, Andrade e Lenoir (2022), explicita o exercício proposto pelo Grupo de pesquisa e extensão “Periférico, Trabalhos Emergentes”, vinculado à Universidade de Brasília (UnB), que atuou na articulação e apoio das associações e coletivos para a elaboração de planos de bairro, vilas e ideações de habitação social e urbanismo participativo em ocupações urbanas do Distrito Federal e entorno. O grupo trabalhou com comunidades camponesas e tradicionais, entidades ambientalistas e comunidades das periferias (ibid. 2022, p. 113), promovendo uma interação entre os aspectos sociais e técnicos (sociotécnicos), “constituindo a relação tríade ciência-tecnologia-sociedade”. (Neder, 2016 apud Couto; Andrade; Lenoir, 2022, p. 110). Essa abordagem, entrelaçada ao Direito Achado na Rua, procura a ascensão da cidadania ativa e a emancipação dos movimentos sociais. (Souza Junior, 2011; Santos, 2011 apud Couto; Andrade; Lenoir, 2022).

Na décima primeira pesquisa, Camargo (2020), em seu estudo "Observatório de Participação das Juventudes", exemplifica a categoria "Participação Insurgente: Novas Formas de Atuação Política" ao utilizar as tecnologias digitais para mapear e categorizar as modalidades de participação política e cidadã entre os jovens brasileiros. A pesquisa, de âmbito nacional, se baseia em questionários online e entrevistas, abrangendo cinco categorias de participação: eleições e representantes, educação política, monitoramento e transparência, debate e deliberação, e serviços públicos. O uso de tecnologias digitais e a participação da juventude nesse processo tecnopolítico, contempla um aspecto determinante no fortalecimento da consistência comunitária e da união social, considerando as novas maneiras de envolvimento político (netativismo). As tecnologias digitais estão presentes tanto nos exercícios participativos online quanto nas práticas presenciais, demonstrando certa centralidade dessas tecnologias e a coexistência entre atividades participativas online e offline. (Antoun; Malini, 2013; Maricato, 2013 apud Camargo, 2020).

No décimo segundo estudo, intitulado “Avivar a autonomia: movimentos sociais e experimentações democráticas para além do Estado”, Oliveira (2022) nos conduz à reflexão sobre a participação insurgente e as novas formas de atuação política no contexto do Movimento da Economia Solidária Brasileira (MESB), demonstrando como essa participação se manifesta na busca por autonomia e autogestão, tanto na esfera econômica quanto na política. O autor reconstrói a trajetória do campo de ativismo político relacionado à economia solidária, desde o período (posterior à redemocratização) em que o movimento era caracterizado pela diversidade ideológica e pela atuação independente do governo. (Oliveira, 2022, p. 16). Exemplos disso são as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que se desenvolveram em diferentes regiões do país, especialmente em áreas marginalizadas pelo Estado e pelo mercado, com ênfase na organização comunitária e na autogestão. (ibid. p. 15). Com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) em 2003 e a implementação de políticas públicas de economia solidária, o MESB vivenciou um período de "encantamento" com o Estado. No entanto, o golpe de 2016 e a escalada autoritária do governo bolsonarista levaram a um desmonte das políticas públicas e a um fechamento do Estado para o diálogo com o movimento, impelindo o MESB a retomar sua busca por autonomia, com destaque para o protagonismo das experiências de agroecologia e dos Grupos de Consumo Responsável (GCRs). (ibid. p. 18-20). A partir disso, as ações insurgentes do MESB se manifestaram em diversas frentes, como a criação de feiras e espaços de comercialização solidária, a formação de cooperativas e associações de produtores, o desenvolvimento do turismo de base comunitária e a promoção da educação e formação em economia solidária. Oliveira (2022) destaca ainda a participação ativa do MESB em eventos relevantes como o 42º Encontro Anual da Associação Brasileira de Ciência Política (2018) e o Plenário Nacional de Economia Solidária (PNES) em 2019 e 2020.

No décimo terceiro estudo desta categoria, Guarita (2022), em “O cuidado na construção do comum: Uma metodologia de cuidado para espaços coletivos”, lança luz sobre a participação insurgente e as novas formas de atuação política, destacando a importância do cuidado na construção do Comum. Para a autora, o cuidado transcende as relações

interpessoais, permeando a organização comunitária e a relação com o entorno. Inspirada pela experiência do LAB Procomum em Santos, SP – um espaço que combina cuidado, inovação cidadã e ação coletiva em busca de novas possibilidades de vida – Guarita (2022) propõe uma metodologia de cuidado que integra dimensões como o feminino, o território, a gestão, as práticas e a emergência. É através do efeito intangível do cuidado que as identidades coletivas se constroem. (Guarita, 2022).

No décimo quarto estudo, “Zona de Contágio: uma ciência da coexistência para o tempo das catástrofes”, e último desta categoria, Moraes e Parra (2021) apresentam o Laboratório Zona de Contágio, “uma comunidade transitória sustentada no tempo dos encontros remotos e dos seus interstícios” (Moraes; Parra, 2021, p. 13), que se distancia da ideia de um laboratório tradicional, enraizado em um local físico e vinculado a um fim específico. Durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, o laboratório promoveu encontros virtuais, debates e a criação de materiais como textos, vídeos e performances que exploravam temas como a relação entre corpo e confinamento, a política dos viventes e a produção de conhecimento em tempos de crise. O objetivo era desafiar as fronteiras tradicionais entre ciência e política, corpo e pensamento, e criar formas de conhecimento e colaboração. (Moraes; Parra, 2021). O laboratório, composto por um grupo heterogêneo de pesquisadores e artistas, adotou uma abordagem transdisciplinar, insurgente e colaborativa, experimentando novas formas de participação, interação e produção de conhecimento online. (ibid. p. 19).

Em última análise, os trabalhos elencados nesta categoria, de várias maneiras, iluminam a participação insurgente, destacando a diversidade de campos de atuação, que abrangem desde o rural ao urbano, das periferias à socioeconomia solidária e à saúde. Essa pluralidade demonstra a potência das novas formas de atuação política que emergem em contextos de crise. Hoffmann (2020), Paterniani (2022), Santos et al (2021), Lourenço (2022), Couto e Andrade (2022), Melchioris (2019), Rezende (2022), Pereira (2021), Carvalho, Imbronito e Maziviero (2019), Couto, Andrade e Lenoir (2022), Camargo (2020), Oliveira (2022), Guarita (2022) e Moraes e Parra (2021) exploram múltiplas facetas dessa participação, desde a organização de coletivos e movimentos sociais até a criação de espaços de cocriação e experimentação.

5. DISCUSSÃO DAS CATEGORIAS

As duas categorias explicitadas anteriormente mostram que durante o período de 2018 a 2022, apesar dos ataques contundentes que foram levados à arquitetura de participação institucionalizada, houve uma mobilização significativa de resistência e re-existência, protagonizada por movimentos e coletivos.

A campanha "O Brasil Precisa de Conselho" exemplificou a "Defesa da Democracia", mobilizando a sociedade civil e a academia para preservar a participação social em face ao desmonte orquestrado pelo governo Bolsonaro. Através da produção de conhecimento e ação política, essa luta contra o autoritarismo e o retrocesso democrático foi fundamental para expor o desmonte institucional em curso, buscando a "reanimação da sociedade" e a "reconstituição de um sistema" participativo. (Neto, 2022; Martelli e Tatagiba, 2020). A "Participação Inovadora", destaca a tentativa de esticar os limites e ressignificar certos espaços institucionais em busca de uma maior representatividade e no geral, para a ampliação da participação cidadã. Iniciativas inovadoras como o mandato coletivo em Belo Horizonte ilustram a capacidade de inovação dentro do sistema político. (Fonseca; Gonçalves, 2018, p. 5)

É importante ressaltar que a primeira categoria, "Defesa da Democracia e Participação Inovadora", embora relevante, não era o foco central desta pesquisa. O interesse primordial residia em explorar as ações de mobilização/participação que receberam menos atenção ao longo dos anos na literatura sobre participação. No entanto, a ação de defesa desses espaços ainda é crucial para evitar a perda de conquistas políticas duramente alcançadas. Seria interessante buscar uma ressignificação desses espaços e tentar superar suas limitações, algo que, de certa forma, já vem ocorrendo.

A categoria "Participação Insurgente e Autonomia: Novas Formas de Atuação Política", explicitou a capacidade da sociedade civil de se reinventar e criar espaços de participação e resistência, mesmo diante do desmonte de políticas públicas e da negligência estatal. (Paterniani, 2022). Nesse sentido, a construção de uma intelectualidade própria e originária, evidenciada pelo coletivo "Periferia Viva" e sua rede de apoio e solidariedade, se manifestou em performances, táticas e ações autônomas, promovendo diálogos de

resistência e de práxis insurgente. (Gomes, 2017, p. 81 apud Lourenço, 2022, p. 2). O associativismo cultural, a linguagem e as expressões do Rap/Hip Hop emergiram como cultura política periférica, em todas as suas formas, caracterizando práticas dos movimentos sociais que se baseiam na premissa de que “[...] a trajetória no estilo de vida não está separada da vida em si”. (Dayrell, 2002, p. 127 apud Lourenço, 2022, p. 11). Esse ativismo cultural se configurou como um instrumento de politização e de ampliação dos espaços participativos, impulsionando a emergência de novas formas de atuação política.

Em outra perspectiva, ações de transformação social nos territórios periféricos, embora majoritariamente originadas em projetos universitários, estabeleceram uma relação simbiótica com movimentos populares e artísticos, potencializando-se mutuamente. Os projetos acadêmicos, como o "Imagine Paraisópolis" e o "Grupo Periférico, Trabalhos Emergentes" colaboraram com coletivos locais e diversas associações, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), oferecendo suporte técnico e metodológico. Ao mesmo tempo, se beneficiaram do conhecimento prático e da vivência da realidade local trazidos por esses movimentos. (Couto; Andrade; Lenoir, 2022, p. 108).

O planejamento insurgente das ocupações e coletivos revelaram-se como articulações necessárias para construção de um “urbanismo tático” (Brenner, 2016 apud Couto; Andrade, 2022, p. 4), da “ideia da tática dos sem-poder” (Certeau, 2014 apud Couto; Andrade, 2022, p. 4) e de novas perspectivas de participação social, ampliando a noção participacionista e edificando o protagonismo e a voz das comunidades periféricas “por meio de atividades conduzidas por cidadãos marginalizados, determinados a transformar as políticas urbanas para alcançar suas necessidades” (Freitas, 2019, p. 6 apud Couto; Andrade, 2022, p. 4). A ação tática como insurgência explora o entendimento dessas ações como microrresistências urbanas (urbanismo tático) que procuram ocupar, interferir e se apropriar do espaço público, desafiando uma imagem pacificada e consensual. (Jacques, 2011, p.172 apud Carvalho; Imbronito; Maziviero, 2019).

Em outro aspecto, o Laboratório Zona de Contágio averiguou a relação entre a pandemia e as desigualdades na repartição do risco, refletindo sobre “a produção de conhecimento para aqueles que [...] ‘não foram convidados para as assembleias modernas’”. (Stengers, 2015 apud Moraes; Parra, 2021, p. 5). Nesse sentido, o laboratório emergente foi consumado como “um plano de investigação e uma comunidade provisória e precária de investigação” (Moraes; Parra, 2021, p. 15), onde se buscou admitir a suposição do encontro mesmo diante das intervenções “tecnopolíticas da distância” e de uma constante crescente lógica de incomunicabilidade plena. A ciência da coexistência se apresentou como uma abordagem proeminente para encarar esses desafios contemporâneos, incitando novas formas de conhecimento, atuação e engajamento coletivo. (Moraes; Parra, 2021).

Em conclusão, essas diferentes formas de ação/resistência/proposição representam uma resistência coletiva e emancipatória, revelando diversas abordagens, que vão desde a negociação com instituições até o confronto direto com o Estado, empresas e a mídia dominante. A variedade de estratégias, que oscilam entre a pactuação e o conflito, e que se desenrolam em espaços tanto institucionais quanto autônomos, ecoa a descrição de ações que ocorrem “contra o Estado, com o Estado ou apesar dele” (Oliveira, 2022; Pereira, 2021; Souza, 2010). Isso nos faz refletir sobre a compreensão acerca da autonomia-como-práxis-democrática sublinhada por Oliveira (2022), e experienciada em tantos grupos, coletivos, teias e organizações populares e insurgentes, a exemplo da Ocupação Marielle Franco (Pereira, 2021), do MESB (Oliveira, 2022), entre outros. Essas agregações, organizadas para além do Estado, mas que podem eventualmente aproveitar estrategicamente janelas de oportunidade de colaboração com ele, aproximam-se das experiências latino-americanas de movimentos subalternos na organização da vida em comum, na autogestão socioeconômica e sociopolítica. (Oliveira, 2022).

Em maior ou menor escala, esses coletivos defendem a ideia de que é possível reproduzir e organizar a vida a partir de institucionalidades não estatais, e mesmo institucionalidades antiautoritárias e anti-hierárquicas, desenvolvendo-se nos tecidos comunitários colaborativos, nas redes de solidariedade e nos laços de cooperação. (Oliveira, 2022). Podemos dizer que a reconstrução e efetivação da nossa frágil democracia é tarefa tão

urgente que deveria sugerir de não desperdiçar e, ao contrário, saber aprender, também com as experiências sociais que acontecem nestes âmbitos. Nesta direção, mais pesquisa e mais reflexão nos serão exigidas no futuro próximo.

6. PARTICIPAÇÃO EM SUAS MÚLTIPLAS FACETAS: NUVEM DE PALAVRAS-CHAVE

Após a concretização da revisão sistemática e da análise dos 17 artigos identificados, coube-nos, como objetivado, elaborar a nuvem representativa de palavras-chave. Ressalta-se que esta etapa da pesquisa foi mediada pelos aplicativos Gemini e WordArt, e apresentaremos aqui a imagem resultante.

A Figura 1 oferece uma representação visual das palavras-chave que emergem da pesquisa, incluindo o viés subjetivo dos pesquisadores nessa produção. A discussão subsequente privilegiará a frequência como indicador da centralidade dos temas, sem deixar de considerar a relevância temática e os agrupamentos. A partir da contextualização no cenário político e social brasileiro do período 2018-2022, buscaremos compreender como as palavras-chave mais frequentes refletem e dialogam com o contexto específico de crise democrática e desmonte institucional. A análise manterá um sentido crítico, reconhecendo os limites da representação visual e buscando interpretações que capturem a complexidade da participação social em tempos de crise.

Desse modo, no contexto da crise democrática, do desmonte institucional, das formas de resistência, de participação insurgente e de suas formas correlatas, as seguintes palavras-chave emergem como fundamentais na compreensão do universo de artigos selecionados que tentam fazer uma leitura da estação política experienciada entre 2018 e 2022.

participação social e à democracia. Já "Políticas Públicas" e "Engajamento Comunitário" apontam para a mobilização e organização da sociedade em resposta à crise.

A partir da análise mais aprofundada dos artigos sabemos que estes conceitos são declinados de formas heterogêneas e variadas com relação aos padrões consolidados, indicando também a construção de novas formas de participação social, autonomia democrática e sociabilidade, que transcendem o campo da resistência tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou uma revisão sistemática da literatura científica que abordou a crise participacionista experienciada no Brasil (2018/2022). Os artigos identificados evidenciam o papel dos diversos tipos de agregações, grupos e coletivos insurgentes, mas também casos de hibridação entre ação insurgente e ação institucionalizada, que, por meio de estratégias de resistência emergentes, enfrentaram à crise democrática, evidenciando caminhos em busca da materialização democrática e de direitos diariamente negados. Em conjunto, os artigos selecionados permitem salientar o grande valor das ações que advêm da coletividade e que se desenvolvem em espaços de pactuação ou de conflito, buscando ocupar, transformar e (re)construir novas formas de participação e intervenção que sejam mais integradas às dimensões ambientais, sociais, políticas e econômicas dos povos historicamente marginalizados, invisibilizados e silenciados.

Diante da diversidade de práticas e grupos, nossa análise explicitou as diferentes formas de organização e atuação dos movimentos e coletivos. Se, por um lado, houve esforços para preservar as formas institucionalizadas de participação, como conselhos e conferências, por outro, a crise impulsionou a criação de práticas insurgentes, como as ocupações urbanas. A análise sugere que as práticas de pactuação harmoniosa foram menos frequentes e eficazes nesse período, enquanto as práticas de pactuação conflituosa e a insurgência em espaços inventados ganharam força, evidenciando a necessidade de redefinir as relações entre Estado e sociedade civil. A busca por autonomia e a experimentação de novas formas de participação, como as observadas nos

movimentos insurgentes, apontam para a construção de uma cidadania ativa que transcende os limites da participação institucionalizada, muitas vezes cooptada pelos interesses dominantes.

Nos cabe complementar, que entre o momento em que o presente projeto foi idealizado e o momento de sua finalização a situação política do país virou, dando lugar a uma aparente (e esperada) retomada do projeto democrático participativo. Diante desta nova situação, é importante ressaltar que a reconstrução da participação social não pode se limitar apenas a retomar as instituições e práticas anteriores ao golpe (2016), mas tem o desafio de transformar e aprofundar o modelo participativo, superando suas limitações e promovendo o reconhecimento da cultura política popular, participativa, insurgente e democrática.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Aline Cristina. Observatório de Participação das Juventudes: uma proposta de mapeamento de modalidades de participação político-cidadã a partir do uso de tecnologias digitais. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0742-1.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2023.

CARVALHO, Liliane Katita; IMBRONITO, Maria Isabel; MAZIVIERO, Maria. Carolina. Resistências urbanas: a ação tática como insurgência e sua presença no território periférico de São Paulo. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidade, 16(1), 53-70, 2019. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/articloe/view/1868. Acesso em: 05 de jul. 2023.

COUTO, Gabriel Ribeiro; ANDRADE, Liza Maria Souza de. Territórios de resistência: as ocupações culturais insurgentes nas periferias do Distrito Federal. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 19, Blumenau. Anais ... Blumenau, 2022. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/45200/1/ARTIGO_TerritoriosResistenciaOcupacoes.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

COUTO, Gabriel Ribeiro; ANDRADE, Liza Maria Souza de; LENOIR, Juliette Anna Fanny. Práxis extensionista transformadora: panorama da assessoria sociotécnica do Grupo Periférico na luta pelo direito à cidade. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 13, n. 13, p. 112-115, nov. 2022. Disponível em:

<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/projectare/article/view/5407>. Acesso em: 07 de jul. 2023.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1, n. 5, p. 139-164, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/113417/mod_resource/content/1/Dagnino%20Pol%c3%adtica%20e%20Sociedade.pdf. Acesso em: 16 mai. 2023.

FERREIRA, Joelson; FELICIO, Erahsto. *Por Terra e Território: Caminhos da revolução dos povos no Brasil*. Arataca: Teia dos Povos, 2021.

FONSECA, Helena d' Agosto Miguel; GONÇALVES, Raquel Garcia. Possibilidades contra-hegemônicas: reinventar a política é possível? *V!RUS*, São Carlos, n. 17, 2018. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/?sec=4&item=8&lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2023.

GIANNELLA, Valeria. Perspectivas e desafios da participação em tempos de crise democrática. *Nau Social*, Salvador, v. 9, n. 16, p. 91-106, 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31408/0>. Acesso em: 06 jul. 2023.

GIANNELLA, Valeria. A democracia em disputa. In.: *Uma nova democracia para o século XXI? Joaquin Brugué Torruella, Simone Martins [e] Carmen Pineda Nebot (Orgs.) - Viçosa, MG: S. Martins, 2020. Cap. 20, p. 302-326*. Disponível em: <http://www.ippds.ufv.br/2020/11/16/uma-nova-democracia-para-o-seculo-xxi/>. Acesso em: 07 de jul. 2023.

GIANNELLA, Valeria; MARTINS, Fernanda H. de Oliveira. Tecendo elos no limiar da pandemia: laboratórios do comum e experiências públicas para a gestão social de territórios. In.: *Estado e sociedade sob olhares interdisciplinares: experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia / Ana Carneiro... [et al.] - Salvador: EDUFBA, 2020, p. 209-225. ISBN: 978-65-5630-095-5*. Disponível em: <http://www.edufba.ufba.br/2021/02/estado-e-sociedade-sob-olhares-interdisciplinares-experiencias-participativas-disputas-narrativas-territorio-e-democracia/>. Acesso em: 08 de jul. 2023.

GUARITA, Marília. *O cuidado na construção do comum: Uma metodologia de cuidado para espaços coletivos*. Instituto Procomum, Santos, 2022. Disponível em: https://lab.procomum.org/wp-content/uploads/2022/11/O-Cuidado-na-Construcao-do-Comum_PG-v3-2.pdf. Acesso em: 10 de jul. 2023.

HOFFMANN, Fernando. Entre crise e crítica: os coletivos como novos sujeitos políticos e a reconstrução da democracia. *Disciplinarum Scientia*, Santa Maria, v. 16, n. 2, p. 15-29, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumSA/article/view/3635/2700>. Acesso em: 22 de jun. 2023.

LOURENÇO, Joyce. "Nem Tudo é Perdido, Nem Tudo é Ruim": As Articulações do Coletivo Vozes da Rua para o Enfrentamento à Pandemia da Covid-19 em Juiz de Fora – MG. *Mediações*, Londrina, v. 27, n. 1, p. 1-18, jan.-abr. 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/44589/32473>. Acesso em: 24 de jun. 2023.

MARTELLI, Carla Giani; TATAGIBA, Luciana. Reação ao desmonte da participação: a campanha O Brasil Precisa de Conselho. *Democracia & Participação*, 2020. Disponível em: <https://democraciaeparticipacao.com.br/index.php/mais/noticias/266-reacao-ao-desmonte-da-participacao-a-campanha-o-brasil-precisa-de-conselho>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MELCHORS, Lucia Camargos. Planejamento insurgente e ação coletiva frente à mercantilização do urbano: a experiência do Movimento Ocupe Estelita, Brasil. *Unitec Institute of Technology, New Zealand. UFRGS*, 2019. Disponível em: <https://www.researchbank.ac.nz/bitstream/handle/10652/5254/Melchors%2C%20L.%20%282020%29.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos*. (online). Recife, v.18, n.3, p.363-377, 2016. Disponível: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7620972/mod_resource/content/1/Miraftab%2C%20faranak.%20insurge%CC%82ncia%2C%20planejamento%20e%20a%20perspectiva%20de%20um%20urbanismo%20humano..pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

MORAES, Alana; PARRA, Henrique. Laboratórios do comum: experimentações políticas de uma ciência implicada. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação, São Paulo*, n. 10, p. 113-139, ago. 2020. Disponível: https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/61037/Laboratorios_do_Comum_experimentacoes_politica_ciencia_implicada_Moraes_Parra.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 nov. 2023.

MORAES, Alana; PARRA, Henrique. Zona de Contágio: uma ciência da coexistência para o tempo das catástrofes. *Revista ClimaCom, Coexistências e Cocriações, Pesquisa - Artigo*, ano 8, n. 20, 2021. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/zona-de-contagio/>. Acesso em: 11 de jul. 2023.

NETO, João Mendes da Rocha. Interdição à Participação Social: O Brasil em Contexto. *Encontro de Administração Pública da ANPAD VI - EnAPG 2022*. Disponível em: <http://anpad.com.br/uploads/articles/119/approved/96b250a90d3cf0868c83f8c965142d2a.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

NÚÑEZ, Tarson. Democracia e participação no Rio Grande do Sul - um balanço de 25 anos de experiências. *Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP)*. Montevideo (Online). 2017. Disponível em: <http://www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoNToiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6IjIwMDEiO30iO3M6MTOiaCI7c>

zozMjoiMTAwYmY3NmUONTE2ZTIYmNjM2ZmNDE4Njc3ZjE5ZDgiO30%3D. Acesso em: 12 de mai. 2023.

OLIVEIRA, Gustavo Moura de. Avivar a autonomia: movimentos sociais e experimentações democráticas para além do Estado. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/65254>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

PATERNIANI, Stella Z. Driblando o desmonte: um experimento etnográfico com agentes populares de saúde frente à pandemia de covid-19. *Anuário Antropológico*, [S.l.], v. 47, n. 2, p. 132-150, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/9705>. Acesso em: 12 jun. 2023.

PEREIRA, Elson Manoel. Práticas espaciais insurgentes em Florianópolis: conteúdos e níveis de insurgência desiguais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 21(2), 5-22, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA155_ID369421102021082303.pdf. Acesso em: 04 de jul. 2023.

REZENDE, Wagner de Souza. Imagine a cidade: práxis plurais e a produção de lugares compartilhados. *Revista Cadernos Pós*, v. 22, n. 1, p. 32-49, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/download/imagine.cidade.cadernos.pos.au.2022.1/11324>. Acesso em: 03 de jul. 2023.

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos; et al. A voz da comunidade no enfrentamento da Covid-19: proposições para redução das iniquidades em saúde. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 130, p. 763-777, jul./set. 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042021000300763&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jun. 2023.

LOPES, Marcelo de Souza. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Revista Cidades*, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12223>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SAVAZONI, R. O comum entre nós: da cultura digital à democracia do século XXI. São Paulo: Edições Sesc SP, 2018.

TILLY, Charles. *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.